

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA - TO

PROCURADOR JURÍDICO

Provas de Conhecimentos

	Questões		Questões
Língua Portuguesa	01 a 30	Conhecimentos de Direito	31 a 100



ATENÇÃO: transcreva no espaço apropriado da sua FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO), com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas a frase a seguir:

Honestidade e ética são exímias virtudes para a vida social.

ANTES DE COMEÇAR A FAZER AS PROVAS:

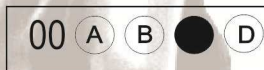
1. Verifique se este caderno contém duas provas, com um total de 100 (cem) questões, sequencialmente numeradas de 01 a 100.
2. Caso haja algum problema, solicite ao aplicador a substituição deste caderno, impreterivelmente, até 15 minutos após o início da prova.

AO RECEBER A FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO):

3. Confira seus dados e, havendo erro, solicite ao aplicador a correção na Ata de Sala.
4. Assine à CANETA no espaço indicado.

AO TRANSFERIR A MARCAÇÃO DAS ALTERNATIVAS PARA A FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO):

5. Use somente caneta azul ou preta e aplique traços firmes dentro da área reservada à letra correspondente a cada resposta, conforme modelo:



6. Sua resposta NÃO será computada se houver marcação de mais de uma alternativa.
7. A folha de respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

AO TERMINAR AS PROVAS:

8. Você deve chamar a atenção do aplicador levantando o braço. Ele irá até você para recolher sua FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO) e este CADERNO DE PROVAS.
9. Recolha seus objetos, deixe a sala, e em seguida o prédio. A partir do momento em que você sair da sala e até sair do prédio, continuam válidas as proibições sobre o uso de aparelhos eletrônicos e celulares, bem como não lhe é mais permitido o uso dos sanitários.

Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do processo seletivo, o candidato que durante a sua realização for surpreendido portando (mesmo que desligados) quaisquer aparelhos eletrônicos, tais como, bip, telefone celular e/ou smartphone, relógio de qualquer espécie, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, ipod, ipad, tablet, pen drive, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, chaves integradas com dispositivos eletrônicos, controle de alarme de carro e moto, controle de portão eletrônico etc., bem como quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira/grafite, borracha, caneta em material não-transparente, óculos de sol (exceto com comprovação de prescrição médica), qualquer tipo de carteira ou bolsa e armas.

Nome: _____

Data de Nascimento: ____ / ____ / ____

Duração total desta prova, incluindo o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO):

CINCO HORAS

ATENÇÃO: Após a prova você poderá levar consigo somente a FOLHA DE RASCUNHO DO GABARITO

PROVA DE PORTUGUÊS

Texto I

O Brasil recalçado

1 O outro é sempre uma questão de hermenêutica. Para
dizer quem é o outro, preciso relacionar-me a ele e tentar
expressar, com o desconto de uma distância que jamais será
5 apagada, algo sobre ele. Qualquer coisa que possa ser dita sobre
o outro é sempre precária, motivada por aspectos socioculturais,
como moral e religião, compreensão de classe e desejos nem
sempre conhecidos. Tzvetan Todorov, em *A conquista da América*
– a questão do outro, faz uma análise de conquistadores como
10 Colombo e Cortez, que, chegando ao mundo que era seu
desconhecido, o interpretaram segundo os limites próprios a toda
perspectiva. Tais limites são o próprio conhecimento daquilo que
já se viu. Ele emperra o encontro com o novo se uma ativa
compreensão do novo não está em cena. No caso dos
15 conquistadores, o que se apresentava era o outro exterior, aquele
com o qual não nos relacionamos imediatamente e que vem a nos
constituir quando encontrado, se não o destruimos antes no
habitual conluio entre medo e dominação que define a história das
relações e, portanto, da política como um todo. Esse outro exterior
20 poderá nos constituir, ou seja, explicar algo de nós mesmos,
quando estamos posicionados no lugar do “mesmo”. Podemos,
nós mesmos, ocupar o lugar do outro.

Tendemos a ter uma relação de exotismo com este
outro que está em nossa compreensão, ou seja, no espaço onde
elaboramos nossas interpretações, do lado de fora. O exótico é
25 sempre o estrangeiro e que nosso hábito mental-cultural, para não
dizer *senso comum*, tenta sempre trazer para dentro daquilo que
já conhecemos. Eis o malefício que o princípio de identidade –
esta mania de redução do estranho ao comum – causa em nosso
próprio processo de conhecimento. Seu resultado é uma traição:
30 ele nos afasta do outro, quando promete aproximar. Eis a mentira
do conhecimento que poderá ser controlada à medida que
pressuponhamos a distância, o *entre-nós*, o intervalo no qual
nenhuma compreensão frutífera senão aquela que nos ensina a
respeitar o que não conhecemos e o que podemos conhecer, o
35 alvo do nosso pensamento. Identificar, ou seja, trazer o de fora
para dentro, é um fato mental ineliminável, mas ele pode ser
freado em seu impulso devorador e render um conhecimento mais
ético que envolve o respeito pelas coisas que existem.

Colombo encontrou os americanos, mas não quis saber
40 deles. Não teve interesse em conhecer sua língua, nomeou-os
índios por confusão – um furor nominativo, como diz Todorov –
que nunca pretendeu esclarecer, já que se fez consolo por não ter
atingido as tão esperadas Índias. Interpretou-os segundo sua fé
45 cristã, sua compreensão da hierarquia governamental, e a fantasia
do exótico que trazia consigo. Buscava, segundo Todorov – que
compreendeu sua postura como a de um idiota que julgava os
outros idiotas – mais a confirmação de suas ideias do que a
verdade.

Não somos diferentes de Colombo. Até hoje, mais de
50 500 anos de inauguração do genocídio indígena que não cessa
até o presente, padecemos da mesma mania de identificação.

Quinhentos anos depois ela se tornou, no mínimo,
antiquada. E já o era em 1492, depois de mais de 1500 anos de
filosofia na Grécia, onde nasceu. Tal mania é, na verdade, a
55 paranoia de autorreferencialidade que constitui o padrão básico –
a base aristocrática do conhecimento que não se percebe
estrangeiro – de nosso modo de entender o mundo. Em outras
palavras, a inevitabilidade do que somos é o que nos faz
interpretar o mundo de um jeito ou outro, mas se não guardamos
60 espaço para entender que o estranho também habita em nós, nos
tornamos janelas fechadas para a diversidade da vida que está
implicada na possibilidade de conhecer.

TIBURI, M. *O Brasil recalçado. Cult*, São Paulo, ano 12, n. 134. Disponível em:
<<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/o-brasil-recalçado/>>. Acesso: 25 fev. 2014.
Fragmento adaptado.

QUESTÃO 01

A partir das ideias veiculadas pelo texto, podemos depreender que

- (A) temos uma visão verdadeira e plena do outro se, ao avaliá-lo, mantivermos uma relativa distância dele.
- (B) é impossível nos aproximarmos do outro por completo, de modo a conhecermos o seu genuíno eu e interpretá-lo em essência, na sua totalidade.
- (C) dispomos de uma visão ampla e ilimitada do outro devido ao conhecimento de mundo que constantemente se renova a cada experiência de vida.
- (D) aproximamo-nos mais do outro a partir de nosso conhecimento prévio, que nos permite avaliar o exterior pelo que já conhecemos e favorece até mesmo a aceitação do novo.

QUESTÃO 02

“Esse outro exterior poderá nos constituir, ou seja, explicar algo de nós mesmos, quando estamos posicionados no lugar do ‘mesmo’. Podemos, nós mesmos, ocupar o lugar do outro.” (l. 18 a 21). Nesse excerto, o autor faz um jogo linguístico com as palavras “outro”, “nós” e “mesmo” (e variantes), no intuito de mostrar que

- (A) somos todos seres semelhantes.
- (B) conferimos ao outro atributos que lhe são próprios.
- (C) vemos no outro exatamente aquilo que somos, um ser idêntico a nós e com mesmos comportamentos.
- (D) tendemos a associar ao outro aspectos que nos são pessoais e específicos, limitados a nossa bagagem de saberes.

Baseado no trecho a seguir, responda as **QUESTÕES 3 e 4**.

“O exótico é sempre o estrangeiro e que nosso hábito mental-cultural, para não dizer *senso comum*, tenta sempre trazer para dentro daquilo que já conhecemos. Eis o malefício que o princípio de identidade – esta mania de redução do estranho ao comum – causa em nosso próprio processo de conhecimento. Seu resultado é uma traição: ele nos afasta do outro, quando promete aproximar.” (l. 24 a 30)

QUESTÃO 03

O princípio de “Identidade”, nesse contexto, refere-se à ação de

- (A) tornar análogo.
- (B) ganhar características próprias e exclusivas.
- (C) distinguir segundo particularidades que identificam cada ser.
- (D) ser reconhecido por aquilo que é, coletivamente, determinante e trivial.

QUESTÃO 04

O malefício desse princípio de identidade de que trata o **texto I** é

- (A) conhecer o outro e classificá-lo a partir de características que se destacam.
- (B) anular pré-julgamentos que poderiam culminar em relações harmoniosas.
- (C) ignorar o fato de que todos têm especificidades que podem parecer estranhas a outro.
- (D) avaliar o “eu” a partir de características que fazem parte do repertório de saberes do “outro”.

QUESTÃO 05

O autor do **texto I**, após retomar questões históricas e criticar posturas, conclui que, ainda hoje,

- (A) aceitamos o outro como diferente de nós mesmos.
- (B) fechamo-nos em nossas compreensões pessoais e censuramos o diverso.
- (C) padecemos do mal de conhecer pela aparência, embora julgemos pela essência.
- (D) somos incapazes de avaliar e de aceitar o novo, o que nos leva a sermos indiferentes a ele.

QUESTÃO 06

Considere o fragmento seguinte.

“O outro é sempre uma questão de hermenêutica. Para dizer quem é o outro, preciso relacionar-me a ele e tentar expressar, com o desconto de uma distância que jamais será apagada, algo sobre ele. Qualquer coisa que possa ser dita sobre o outro é sempre precária, motivada por aspectos socioculturais, como moral e religião, compreensão de classe e desejos nem sempre conhecidos.” (L. 1 a 7)

Embora as frases desse trecho não estejam ligadas por conjunções, divisamos entre elas, respectivamente, relações de

- (A) adição e adversidade
- (B) explicação e conclusão
- (C) causalidade e explicação
- (D) contrariedade e consequência

Texto II**O rolezinho e a desumanização dos pobres**

Como uma reação histórica colocou adolescentes entediados no centro do debate político nacional – sem que eles tivessem nada a ver com isso

1 O rolezinho virou o assunto do verão de 2014. O fato de jovens entediados se encontrarem em shoppings não é novo. Novo mesmo é o jeito como os jovens viraram coadjuvantes da própria história que criaram. Foram desumanizados. Um arrastão de palavras de ordem, à direita e à esquerda, tomou conta do debate. De repente, festas de funk ostentação viraram manifestações contra a civilização ocidental e as reações negativas a elas, uma prova irrefutável do apartheid brasileiro. À direita, o discurso não era menos radical: aquilo era baderna, arrastão, e deveria ser coibido a borrachadas pela PM.

5 O fato mesmo é que ninguém tem ideia do que esses jovens pensam, mas todo mundo acha que sabe o que eles deveriam pensar. E os sujeitos do rolezinho se tornaram categorias para defender posições no debate histórico que vem se desenhando para este ano eleitoral. E isso acontece, também, porque a periferia ainda é pouco conhecida nos bairros ricos – um Cazaquistão que fala português.

15 Os shoppings dos rolezinhos são espaços privados e bem organizados no meio de áreas violentas e pobres. Eles são frequentados tanto por jovens querendo se divertir quanto por famílias que querem levar a avó para comer *fast food*. Há poucos espaços e muitos grupos distintos querendo usá-los. Para complicar, em áreas muito violentas, todo mundo é uma ameaça. Quando algo sai do escopo, a primeira reação é apelar para a força. Os policiais, então, agem como de costume: na base da força bruta. Eles se comportam como uma frente de segurança preventiva, a mando de uma organização privada, para reprimir pessoas que não cometeram nenhum crime. E praticam descabros. Há o caso, bizarro, do menino que foi comprar uma aliança e acabou multado e agredido.

30 Para começar a entender tudo isso, precisamos ir a fundo – e aos bairros distantes do centro de São Paulo. Quando surgiram as primeiras notícias sobre os rolezinhos, eu mesmo fiz

35 uma viagem particular pelo tempo. Aqueles adolescentes eram uma versão mais numerosa dos meus amigos de Caieiras – a cidade onde cresci, nos anos 90, na periferia da Grande São Paulo. Para nós, um shopping era o máximo a que se podia aspirar. Mas há algumas diferenças ao longo dessas duas décadas.

40 Uma é a internet. Ela deu visibilidade e tamanho a esses encontros, que sempre aconteceram. A outra é o crescimento da classe C, que levou os shoppings até as periferias da cidade. Só por esses fatores, podemos descartar as teses extremadas da esquerda e da direita.

45 Primeiro, não se trata de marginais, como gostaria a direita. Segundo, é difícil ver protesto político, como imagina a esquerda. Que protesto pode existir na vontade de usar um tênis de mil reais? Ou de “invadir” um espaço que esses jovens frequentam desde sempre, em grupos menores? Além disso, é complicado taxar de elitismo ações de pessoas da periferia contra pessoas da periferia.

50 Talvez os problemas com o rolezinho passem por outras chaves, para abrir novas portas. A primeira é etária. Jovens vão sempre desafiar os pais, os adultos, quem quer que seja. Outra é a que abre as portas da diversidade da periferia. Pesquisas mostram que quem mora no limite de uma favela, mas não no seu coração, quer distância das pessoas que vivem nas áreas mais pobres da comunidade. É o preconceito e a diferenciação dentro da mesma classe social. Os vendedores desses shoppings da periferia, tão pobres quanto os seus clientes, torcem o nariz para aquelas pessoas que são tão próximas, mas de quem eles gostariam de manter distância. Além disso, os adolescentes do rolezinho também querem se distinguir – mas dos colegas de bairro que não têm um boné caro. A reação aos rolezinhos, por outro lado, conta uma história bem mais simples. É sobre o momento em que vivemos. Quando a notícia da diversão de multidões de adolescentes chegou ao lado privilegiado das pontes dos rios Tietê e Pinheiros, acabou filtrada pelas lentes do debate radical que tomou conta do país.

70 A micareta de roupas caras é engolida por um campeonato de associação livre, em que cada lado atribui um valor a esses encontros de acordo com a conjuntura política. O fenômeno deixa de ser analisado em si e passa a servir de arma numa briga maior. Esses jovens se tornam aríetes de uma luta da qual eles não têm a menor ideia de que estão participando.

75 No fundo, não há razão para idolatrar ou demonizar os rolezinhos. Talvez haja furtos, e não há nada que a polícia possa fazer senão impedi-los. Mas também não faz sentido receber os rolezinhos a pancadas de cassetete, como vem acontecendo, ou tentar se apropriar deles para defender causas que são estranhas aos jovens da periferia de São Paulo. Os rolezinhos são o que são. E merecem estudos, debates e reflexões mais lúcidos do que vêm merecendo até agora.

80 Porque há uma série de questões que estão em aberto e precisam ser respondidas: como a diferenciação social acontece dentro dos bairros da periferia? Como o consumo e a ostentação se tornaram sinônimo de diversão? Qual o limite dos espaços públicos e privados? E, claro, como lidar com multidões que, no fim das contas, só querem mesmo paquerar e driblar o tédio?

BEGUOCI, L. *O rolezinho e a desumanização dos pobres*. *Superinteressante*, São Paulo, n. 329, p. 28-29, fev. 2014.

QUESTÃO 07

Sendo o **texto II** um artigo de opinião, seu propósito é

- (A) descriminalizar os “rolezinhos” e todas as ações dos adolescentes nos shoppings, negando a necessidade de ação policial para contê-los.
- (B) descrever a opressão que sofrem as classes desprivilegiadas economicamente quando decidem se contrapor à alta sociedade.
- (C) comover a alta sociedade das mazelas que ela provoca a pessoas de bem, que simplesmente querem ter os mesmos direitos de consumo que ela tem.
- (D) argumentar em favor de aspectos sociais implicados nessas ações dos adolescentes e que devem culminar em discussões mais críticas, profundas e específicas, em vez de julgamentos superficiais

QUESTÃO 08

O autor do **texto II** defende a ideia de que

- (A) os rolezinhos acontecem porque os jovens querem se divertir.
- (B) a periferia representa uma classe marcada pela homogeneidade social.
- (C) o aumento da classe C levou os jovens a se unirem para promoverem as invasões, o que foi facilitado pela internet.
- (D) os rolezinhos de hoje, em relação àqueles que outrora ocorriam, se dão em um novo contexto e com novos propósitos.

QUESTÃO 09

Na concepção do autor do **texto II**, a respeito dos “rolezinhos”, **NÃO** se pode afirmar.

- (A) Têm provocado debates quanto às motivações dos jovens envolvidos.
- (B) São encontros de adolescentes divulgados pelas redes sociais e realizados dentro de shoppings centers.
- (C) Servem como forma de expressão dos adolescentes, de modo que comunicam ao mundo o que pensam e o querem.
- (D) Destacam-se principalmente pelo número de participantes e sua classe social, mais do que por furtos que talvez aconteçam.

QUESTÃO 10

A respeito da lide, “Como uma reação histórica colocou adolescentes entediados no centro do debate político nacional – sem que eles tivessem nada a ver com isso”, e tomando como base o **texto II**, que ela introduziu, podemos afirmar, **EXCETO**.

- (A) A “reação” diz respeito ao descontrole sobre atos e emoções por parte das pessoas em geral, afora os próprios rolezeiros.
- (B) As pessoas reagiram de forma exagerada aos rolezinhos, o que culminou em avaliações superficiais do ocorrido: marginalidade ou protesto.
- (C) Os rolezeiros, ao reagirem exagerada e impulsivamente ao seu tédio, promoveram um grande debate político que se alastrou por todo o país.
- (D) Os jovens usaram os rolezinhos como uma forma de fugirem da trivialidade e conseqüente enfascio de seus programas, constituindo-lhes um novo entretenimento.

QUESTÃO 11

Segundo o **texto II**, de Beguoci, os jovens se tornaram coadjuvantes da própria história que criaram. Isso porque

- (A) tiveram suas ações reprimidas por forças sociais, políticas e militares.
- (B) tencionaram provocar alarde, mas os méritos ficaram para os donos do capital, vítimas do suposto crime.
- (C) falharam em sua pretensão de se rebelarem contra pais, adultos no geral e contra o próprio sistema capitalista.
- (D) perderam destaque quanto a suas individualidades nas discussões a respeito, as quais ressaltaram o “movimento” em si e aspectos políticos.

QUESTÃO 12

Também, ainda segundo o **texto II**, os jovens foram desumanizados ao serem

- (A) criminalizados, o que lhes destituiu do direito de cidadania.
- (B) desconsiderados como pessoas pensantes e capazes de atitudes de rebeldia contra o sistema.
- (C) generalizados como uma classe que serviu a um debate social com perspectivas de mudanças práticas reais.
- (D) metaforizados como categoria social ou como máquinas usadas em uma batalha que não constitui o propósito de suas ações.

QUESTÃO 13

Assinale a alternativa em que os vocábulos indicados sejam intercambiáveis no **texto II**, sem prejuízo algum do sentido:

- (A) escopo (l. 24) = visão
- (B) bizarro (l. 29) = garboso
- (C) estranhas (l. 80) = alheias
- (D) lúcidos (l. 82) = resplandecentes

QUESTÃO 14

No **texto II**, segundo o autor, as ações organizadas pelos adolescentes não podem ser consideradas marginalidade nem forma de protesto. Também não podem ser vistas como de caráter elitista, visto que os adolescentes, sendo da periferia,

- (A) vão contra todo um sistema classista.
- (B) desconhecem o propósito de seu movimento.
- (C) invadem propriedade que ocupou sua área de domínio, ou seja, a própria periferia.
- (D) querem consumir e ostentar, igualando-se à alta classe, o que os diferenciará em suas comunidades.

QUESTÃO 15

No **texto II**, o autor chama de “apartheid brasileiro” (l. 8) as reações negativas às festas de funk ostentação, cujo tema central é o consumo acompanhado de exibicionismo. No contexto da leitura que fizemos, essa expressão contempla várias situações, **EXCETO**.

- (A) A marginalização por questões raciais.
- (B) A tentativa de segregação entre a elite e a classe pobre.
- (C) O poder aquisitivo como determinante para se conviver num espaço direcionado a quem pode consumir.
- (D) A determinação de quais grupos poderiam ou não entrar em um shopping a partir do número de pessoas que o constituem.

QUESTÃO 16

“Talvez os problemas com o rolezinho passem por outras chaves, para abrir novas portas.” (l. 52 e 53). Nesse trecho, retirado do **texto II**, portas e chaves foram usadas em sentido figurado, de modo a sustentar a tese defendida pelo autor. A partir da interpretação desse fragmento, depreendemos que

- (A) as portas são as possibilidades de ação social em prol da periferia.
- (B) as chaves constituem outras possíveis justificativas para os rolezinhos.
- (C) as portas representam prováveis realidades reclamadas pelos jovens.
- (D) as chaves e as portas são, respectivamente, causas e conseqüências dos rolezinhos.

QUESTÃO 17

No **texto II**, quando lemos que “A micareta de roupas caras é engolida por um campeonato de associação livre, em que cada lado atribui um valor a esses encontros de acordo com a conjuntura política” (ℓ. 70 a 72), depreendemos que

- (A) as pessoas conferem aos rolezinhos graus de relevância bastante próximos.
- (B) as variações econômicas de longo prazo definem as várias justificativas possíveis para os rolezinhos.
- (C) as tentativas de justificar os rolezinhos são em pequeno número e perdem destaque nas discussões a respeito.
- (D) os rolezinhos são uma “festa” de alto consumo, uma reunião para fins de divertimento fora de época específica para tal.

QUESTÃO 18

O **texto II** discorre sobre a forma como têm sido interpretados os tão discutidos “rolezinhos” da atualidade. Nesse sentido, é possível estabelecermos uma relação entre ele e o texto I. Ao fazê-lo, constatamos que a atitude de julgar os rolezeiros como marginais

- (A) é uma crítica à nossa forma de ver a periferia.
- (B) é uma avaliação do exterior, com o qual imediatamente convivemos.
- (C) é semelhante à postura de Colombo frente aos então nomeados “índios”.
- (D) é reflexo da realidade da periferia que bem conhecemos: lugar em que há bandidos.

QUESTÃO 19

Os fragmentos a seguir, todos eles retirados do **texto I**, servem como justificativa para a reação dos frequentadores de shopping, consumidores e comerciantes no que diz respeito ao rolezinho, **EXCETO**.

- (A) “[...] o estranho também habita em nós [...]” (ℓ. 60)
- (B) “O outro é sempre uma questão de hermenêutica.” (ℓ. 1)
- (C) “Qualquer coisa que possa ser dita sobre o outro é sempre precária, motivada por aspectos socioculturais [...]” (ℓ. 4 e 5)
- (D) “O exótico é sempre o estrangeiro e que nosso [...] *senso comum*, tenta sempre trazer para dentro daquilo que já conhecemos.” (ℓ. 24 a 27)

ANOTAÇÕES

QUESTÃO 20

Analise os excertos a seguir.

- I. “É o preconceito e a diferenciação dentro da mesma classe social.” (ℓ. 58 e 59)
- II. “Para complicar, em áreas muito violentas, todo mundo é uma ameaça.” (ℓ. 22 e 23)
- III. “Talvez os problemas com o rolezinho passem por outras chaves para abrir novas portas.” (ℓ. 52 e 53)
- IV. “Aqueles adolescentes eram uma versão mais numerosa dos meus amigos de Caieiras [...]” (ℓ. 34 e 35)
- V. “O fato mesmo é que ninguém tem ideia do que esses jovens pensam, mas todo mundo acha que sabe o que eles deveriam pensar.” (ℓ. 11 a 13)

As assertivas do **texto II** de Beguoci que se relacionam com a tese do **texto I**, ilustrando uma forma de “identidade” (como malefício) que partiu de fora para dentro, são:

- (A) somente as assertivas I e II.
- (B) somente as assertivas I e III.
- (C) somente as assertivas II e V.
- (D) somente as assertivas IV e V.

Texto III

Disponível em: <noticias.uol.com.br/album/2014/01/17/rolezinho-em-charges.htm#fotoNav=4>. Acesso 21 fev. 2014.

QUESTÃO 21

A charge de Marcos Muller, **texto III**, confirma a ideia defendida no **texto I** de que as pessoas

- (A) aceitam o que é novo por influência umas das outras.
- (B) têm concepções próprias e conhecimento limitado a respeito do outro.
- (C) têm dificuldades de ouvir umas às outras e de aceitar suas ideias devido a subjetividades.
- (D) conhecem umas às outras, mas se avaliam equivocadamente no imediatismo de diversas situações.

QUESTÃO 22

Associando-se a charge do **texto III** com o **texto II**, **NÃO** se pode afirmar que

- (A) a classe média de hoje difere-se daquela até então conhecida.
- (B) os jovens criminosos de classe média também participam dos rolezinhos.
- (C) a mobilidade social evidente impede que os rolezeiros sejam taxados como pobres.
- (D) uma nova classe média emerge, destacando-se mais por seu poder de consumo do que por uma aparência peculiar.

QUESTÃO 23

Assinale a alternativa em que todas as palavras (retiradas do **texto II**) foram acentuadas segundo a mesma norma:

- (A) há – avó – usá-los
- (B) áreas – famílias – própria
- (C) máximo – décadas – difícil
- (D) histérica – história – distância

QUESTÃO 24

Considere o seguinte excerto.

O fato mesmo é que ninguém tem ideia do que **esses** jovens pensam, mas todo mundo acha que sabe o que eles deveriam pensar. E os sujeitos do rolezinho se tornaram categorias para defender posições no debate histórico que vem se desenhando para **este** ano eleitoral. E **isso** acontece, também, porque a periferia ainda é pouco conhecida nos bairros ricos – um Cazaquistão que fala português. (ℓ. 11 a 17, **texto II**)

Os pronomes demonstrativos situam os seres em relação às três pessoas do discurso. Essa localização pode ser no tempo, no espaço ou, ainda, no discurso. No fragmento em questão,

- (A) “este” indica uma localização temporal, em referência a um momento presente.
- (B) “esses” e “este” indicam localização no discurso, referindo-se a algo já mencionado.
- (C) “isso” faz referência ao discurso, ao que ainda se vai anunciar, imediatamente após seu emprego.
- (D) “esses” faz referência espacial, aos seres que se encontram fisicamente perto da pessoa com quem se fala.

QUESTÃO 25

Em “**Uma** é a internet.” (ℓ. 40, **texto II**), o termo em destaque corresponde a um

- (A) artigo
- (B) adjetivo
- (C) pronome
- (D) substantivo

QUESTÃO 26

Considerando a norma culta da língua portuguesa, assinale a alternativa **CORRETA** a respeito dos aspectos gramaticais do **texto II**.

- (A) Em “[...] Caieiras – a cidade **onde** cresci [...]” (ℓ. 35 e 36), o termo em destaque poderia ser substituído por “aonde”.
- (B) Em “Para nós, um shopping era o máximo a que se podia **aspirar**.” (ℓ. 37 e 38), o verbo em destaque, no sentido em que foi empregado, dispensa o uso da preposição “a”.
- (C) Em “**É** o preconceito e a diferenciação dentro da mesma classe social.” (ℓ. 58 e 59), o verbo “ser” deveria estar no plural, por se referir a “preconceito” e “diferenciação”.
- (D) Em “Primeiro, não **se trata** de marginais, como gostaria a direita.” (ℓ. 45 e 46), “se” é índice de indeterminação do sujeito, acompanhando verbo transitivo indireto; portanto, verbo no singular.

QUESTÃO 27

Dentre as construções seguintes do **texto II**, identifique aquela em que o uso da crase é facultativo.

- (A) Para nós, um shopping era o máximo a que se podia aspirar. (ℓ. 37 e 38)
- (B) [...] não faz sentido receber os rolezinhos a pancadas de cassetete [...] (ℓ. 78 e 79)
- (C) [...] o crescimento da classe C, que levou os shoppings até as periferias da cidade. (ℓ. 41 a 43)
- (D) O fenômeno deixa de ser analisado em si, e passa a servir de arma numa briga maior. (ℓ. 72 a 74)

QUESTÃO 28

Considere as seguintes proposições.

- I. “Eles se comportam como uma frente de segurança preventiva, a mando de uma organização privada [...]” (ℓ. 26 e 27, **texto II**)
- II. “Tendemos a ter uma relação de exotismo com este outro [...]” (ℓ. 22 e 23, **texto I**)
- III. “[...] o interpretaram segundo os limites próprios a toda perspectiva.” (ℓ. 10 e 11, **texto I**)
- IV. “[...] aquilo era baderna, arrastão, e deveria ser coibido a borrachadas pela PM.” (ℓ. 9 e 10, **texto II**)

Todas elas são constituídas de verbos ou nomes regidos pela preposição “a”. Contudo, em nenhuma das ocorrências foi empregado sinal indicativo de crase. A esse respeito,

- (A) não se usa crase em III porque o pronome “toda” não admite artigo.
- (B) em I, o “a” deveria ser craseado devido à regência do verbo “comportar-se”.
- (C) em II, justifica-se o não uso da crase pelo fato de a preposição anteceder advérbio.
- (D) em IV, deveria ter sido empregado o sinal de crase por questões de clareza, embora se trate de adjunto adverbial de instrumento.

QUESTÃO 29

Retome o fragmento do **texto II**: “De repente, festas de funk ostentação viraram manifestações contra a civilização ocidental e as reações negativas a elas, uma prova irrefutável do apartheid brasileiro. À direita, o discurso não era menos radical [...]” (ℓ. 6 a 9). Quanto às normas gramaticais que determinaram os três empregos da vírgula nesse trecho, é **CORRETO** afirmar.

- (A) Em “De repente,” a vírgula está separando aposto.
- (B) Na segunda ocorrência, a vírgula indica a elipse do verbo.
- (C) Na primeira e na terceira ocorrência, a vírgula isola adjetivos.
- (D) Em “À direita,” a vírgula está separando expressão interpositiva.

QUESTÃO 30

Retome os seguintes fragmentos do **texto II**.

- I. “Para começar a entender tudo isso, precisamos ir a fundo – e aos bairros distantes do centro de São Paulo.” (ℓ. 31 e 32)
- II. “Aqueles adolescentes eram uma versão mais numerosa dos meus amigos de Caieiras – a cidade onde cresci, nos anos 90, na periferia da Grande São Paulo.” (ℓ. 34 a 37)
- III. “Ou de “invadir” um espaço que esses jovens frequentam desde sempre, em grupos menores?” (ℓ. 48 e 49)
- IV. “Porque há uma série de questões que estão em aberto e precisam ser respondidas: como a diferenciação social acontece dentro dos bairros da periferia? Como o consumo e a ostentação se tornaram sinônimo de diversão? [...]” (ℓ. 84 a 87)

Observando-se os sinais de pontuação empregados nesses excertos, é **INCORRETO** afirmar.

- (A) Em IV, os dois-pontos anunciam uma enumeração.
- (B) Em II, o travessão substituiu a vírgula em aposto longo.
- (C) Em I, o travessão foi empregado com o fim de separar orações.
- (D) Em III, as aspas indicam que o termo empregado não é muito próprio para o contexto.

ANOTAÇÕES

PROVA DE DIREITO**QUESTÃO 31**

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos:

- (A) uma sociedade livre, justa e solidária.
- (B) o desenvolvimento nacional.
- (C) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (D) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

QUESTÃO 32

Nos termos da Constituição Federal, compete aos Municípios.

- I. Criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
- II. Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
- III. Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.
- IV. Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- (B) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- (C) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 33

Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
- (B) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois quartos dos membros da Câmara Municipal.
- (C) As contas dos Municípios ficarão à disposição de qualquer contribuinte que a requerer por escrito, por período não superior a quinze dias, para exame e apreciação.
- (D) Os Municípios criarão Tribunais ou Conselhos de Contas.

QUESTÃO 34

Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de vinte dias, e aprovada por três quintos dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.
- (B) Para a composição da Câmara Municipal, será observado o limite máximo de 25 (vinte e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 160.000 (cento e sessenta mil) habitantes e de até 300.000 (trezentos mil) habitantes.
- (C) O subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe a Constituição Federal, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e, nos Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a cinquenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- (D) O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de oito por cento da receita do Município.

QUESTÃO 35

O Estado intervirá em seus Municípios, e a União nos Municípios localizados em Território Federal, quando:

- (A) o Município deixar de pagar, sem motivo de força maior por, no mínimo, quatro anos consecutivos, a dívida fundada.
- (B) não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção do meio ambiente.
- (C) o Tribunal de Justiça der provimento à representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.
- (D) deixar de entregar as receitas tributárias fixadas nesta Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei.

QUESTÃO 36

Nos termo do Art. 37 da Constituição Federal, analise os itens e assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos. Essa exigência estende-se a funções de confiança e aos cargos em comissão.
- II. Os vencimentos dos cargos do poder legislativo e do poder executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo poder judiciário.
- III. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos. Essa proibição estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- IV. A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público.

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (B) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens II e IV estão corretos.

QUESTÃO 37

Compete aos Municípios instituir imposto sobre:

- (A) transmissão *causa mortis* de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- (B) transmissão *inter vivos*, por ato gratuito, de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- (C) transmissão *inter vivos*, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- (D) operações relativas à prestações de serviços de transporte intermunicipal.

QUESTÃO 38

É facultado ao Poder Público Municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de:

- (A) desapropriação com prévia e justa indenização em dinheiro.
- (B) desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pela Câmara de Vereadores, com prazo de resgate de até vinte anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
- (C) desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Câmara de Vereadores, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização, a correção monetária e os juros legais.
- (D) desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

QUESTÃO 39

Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.
- (B) Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de duas vezes.
- (C) Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de três vezes.
- (D) Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de quatro vezes.

QUESTÃO 40

É dispensável a licitação, **EXCETO**.

- (A) Nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.
- (B) Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- (C) Para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
- (D) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

QUESTÃO 41

Quanto às modalidades de licitação contidas na Lei nº 8.666/1993 e suas respectivas alterações, analise os itens a seguir.

- I. Concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- II. Tomada de preços é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- III. Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- IV. Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- (B) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens II e IV estão corretos.

QUESTÃO 42

São princípios expressos da Administração Pública, **EXCETO**.

- (A) Legalidade
- (B) Impessoalidade
- (C) Moralidade
- (D) Proporcionalidade

QUESTÃO 43

São elementos do ato administrativo, **EXCETO**.

- (A) Competência
- (B) Objeto
- (C) Imperatividade
- (D) Forma

QUESTÃO 44

Analise os itens a seguir.

- I. Convalidação é o processo de que se vale a Administração Pública para aproveitar os atos administrativos com vícios insuperáveis.
- II. Revogação é a forma extintiva que se aplica quando o beneficiário de determinado ato administrativo descumprir condições que permitem a manutenção do ato e seus efeitos.
- III. Caducidade é a perda dos efeitos jurídicos do ato administrativo em virtude de norma jurídica superveniente contrária àquela que respaldava a prática do ato administrativo.
- IV. Cassação é o instrumento jurídico através do qual a Administração Pública promove a retirada de um ato administrativo por razões de conveniência e oportunidade.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (B) Apenas o item III está correto.
- (C) Apenas o item IV está correto.
- (D) Apenas os itens I e IV estão corretos.

QUESTÃO 45

Quanto à responsabilidade civil do Estado, analise os itens a seguir.

- I. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- II. A marca característica da responsabilidade objetiva é a necessidade de o lesado pela conduta estatal provar a existência da culpa do agente ou do serviço.
- III. A teoria do risco administrativo fundamenta a responsabilidade civil objetiva do Estado.
- IV. Para configurar a responsabilidade civil do Estado bastam três pressupostos: o fato administrativo (conduta atribuída ao Poder Público), o dano e o nexo causal (relação de causalidade) entre o fato administrativo e o dano.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- (B) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- (D) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.

QUESTÃO 46

Quanto aos tipos de desapropriação previstos na Constituição Federal, analise os itens a seguir.

- I. A desapropriação comum (ou ordinária) é aquela que permite a desapropriação da propriedade por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro.
- II. Desapropriação urbanística sancionatória é aquela que pode ser adotada a título de penalização ao proprietário do solo urbano que não atender a exigência de promover o adequado aproveitamento de sua propriedade ao plano diretor municipal.
- III. A desapropriação rural é aquela que incide sobre imóveis rurais para fins de reforma agrária.
- IV. A desapropriação confiscatória tem como pressuposto o fato de que na propriedade estão localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas; nesse sentido não será conferido ao proprietário direito indenizatório.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (B) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- (C) Todos os itens estão corretos.
- (D) Todos os itens estão incorretos.

QUESTÃO 47

São modalidades de intervenção restritiva do Estado na propriedade privada, **EXCETO**.

- (A) Servidão administrativa
- (B) Requisição
- (C) Tombamento
- (D) Desapropriação

QUESTÃO 48

Analise os itens a seguir.

- I. Pode-se conceituar poderes administrativos como o conjunto de prerrogativas de direito público que a ordem jurídica confere aos agentes administrativos com o intuito de permitir que o Estado alcance seus fins.
- II. A discricionariedade, enquanto liberdade da escolha de critério de conveniência e oportunidade, não se coaduna com a atuação fora dos limites da lei.
- III. Todo e qualquer ato administrativo está sujeito ao controle judicial em decorrência do princípio da inafastabilidade da tutela jurisdicional do Estado.
- IV. Nos atos administrativos vinculados há concessão de plena liberdade ao agente público para agir.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (B) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (C) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- (D) Apenas os itens I e IV estão corretos.

QUESTÃO 49

Considerando as normas da Constituição Federal de 1988 sobre a Previdência Social, analise os itens a seguir.

- I. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- II. A previdência social deverá atender cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada.
- III. A previdência social deverá proteger o trabalhador em situação de desemprego involuntário.
- IV. A previdência social deverá amparar as crianças e adolescentes carentes.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Todos os itens estão incorretos.
- (B) Todos os itens estão corretos.
- (C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (D) Apenas o item IV está incorreto.

QUESTÃO 50

Sobre as normas da Previdência Social na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) É vedada a filiação ao Regime Geral de Previdência Social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- (B) Aposentados e pensionistas não têm direito à gratificação natalina.
- (C) É vedada, sem qualquer tipo de ressalva, a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social.
- (D) É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter transitório, o valor real, conforme critérios definidos em instrução normativa da autarquia competente.

QUESTÃO 51

Sobre os princípios que regem a Previdência Social, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Universalidade de participação nos planos previdenciários.
- (B) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- (C) Caráter democrático e centralizado da gestão administrativa.
- (D) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios.

QUESTÃO 52

Considerando as normas da Lei Federal nº 8.213/91 (Plano de Benefício da Previdência Social) sobre os segurados obrigatórios da Previdência Social, são caracterizados como empregado.

- I. Aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
- II. Aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas.
- III. O exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.
- IV. O ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas os itens III e IV estão incorretos.
- (B) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 53

Nos termos da Lei Federal nº 8.213/91 (Plano de Benefício da Previdência Social), fica mantida a qualidade de segurado, independentemente de contribuições nas seguintes hipóteses, **EXCETO**.

- (A) Até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração.
- (B) Até 12 (doze) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória.
- (C) Até 12 (doze) meses após o livramento, o segurado retido ou recluso.
- (D) Até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.

QUESTÃO 54

São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.

- (A) Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- (B) Os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- (C) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- (D) Os pródigos.

QUESTÃO 55

Analise os itens a seguir.

- I. Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno.
- II. Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas do Código Civil.
- III. As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
- IV. São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público ou privado.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (B) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- (D) Apenas os itens III e IV estão corretos.

QUESTÃO 56

É anulável o negócio jurídico.

- (A) Quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
- (B) Quando a lei taxativamente proibir-lhe a prática, sem cominar sanção.
- (C) Quando eivado de vício resultante de coação.
- (D) Quando eivado de vício resultante de simulação.

QUESTÃO 57

Analise os itens a seguir.

- I. Se um dos credores solidários falecer deixando herdeiros, cada um destes só terá direito a exigir e receber a quota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for indivisível.
- II. O julgamento contrário a um dos credores solidários não atinge os demais; o julgamento favorável aproveita-lhes, a menos que se funde em exceção pessoal ao credor que o obteve.
- III. O pagamento feito por terceiro, com desconhecimento ou oposição do devedor, não obriga a reembolsar aquele que pagou, se o devedor tinha meios para ilidir a ação.
- IV. Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde que o praticou.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- (B) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- (C) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 58

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A declaração de vacância da herança não prejudicará os herdeiros que legalmente se habilitarem; mas, decorridos cinco anos da abertura da sucessão, os bens arrecadados passarão ao domínio do Estado ou do Distrito Federal, se localizados nas respectivas circunscrições, incorporando-se ao domínio da União quando situados em território federal.
- (B) A declaração de vacância da herança não prejudicará os herdeiros que legalmente se habilitarem; mas, decorridos cinco anos da abertura da sucessão, os bens arrecadados passarão ao domínio do Município ou do Distrito Federal, se localizados nas respectivas circunscrições, incorporando-se ao domínio da União quando situados em território federal.
- (C) A declaração de vacância da herança não prejudicará os herdeiros em linha reta ou colaterais que legalmente se habilitarem; mas, decorridos cinco anos da abertura da sucessão, os bens arrecadados passarão ao domínio do Estado ou do Distrito Federal, se localizados nas respectivas circunscrições, incorporando-se ao domínio da União quando situados em território federal.
- (D) A declaração de vacância da herança não prejudicará nenhum herdeiro legítimo ou testamentário que legalmente se habilitar; mas, decorridos cinco anos da abertura da sucessão, os bens arrecadados passarão ao domínio do Estado ou do Distrito Federal, se localizados nas respectivas circunscrições, incorporando-se ao domínio da União quando situados em território federal.

QUESTÃO 59

Nos termos da Constituição Federal, são requisitos para o reconhecimento da usucapião especial rural, **EXCETO**.

- (A) Que a pessoa que a requer, não seja proprietário de imóvel rural ou urbano.
- (B) Que a pessoa que a requer, exerça posse sobre área pública ou privada como se dono fosse, por dez anos ininterruptos.
- (C) Que a pessoa que a requer, tenha tornado produtiva por seu trabalho ou de sua família, área rural não superior a cinquenta hectares, tendo nela a sua moradia.
- (D) Que a pessoa que a requer prove a posse de área rural não superior a cinquenta hectares, por no mínimo cinco anos, de forma ininterrupta e sem oposição.

QUESTÃO 60

Nos termos da Constituição Federal, quando ficar constatado que a propriedade não cumpre sua função social, poderão ser aplicadas as seguintes medidas, **EXCETO**.

- (A) Para imóveis rurais, o parcelamento e edificação compulsória.
- (B) Para imóveis urbanos, a aplicação de alíquotas progressivas em relação ao IPTU.
- (C) Para imóveis rurais, a desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, pela União.
- (D) Para Imóveis rurais, a aplicação de alíquotas progressivas em relação ao ITR.

QUESTÃO 61

Sobre a caracterização de imóvel rural, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Perde a característica de imóvel rural, aquele localizado em área urbana do município, ainda que tenha destinação exclusivamente agrícola, extrativista ou pecuária.
- (B) Minifúndio é o imóvel com dimensão inferior à de um módulo fiscal, traduzido na dimensão necessária e fixadora da propriedade familiar.
- (C) Pequena propriedade rural é o imóvel rural de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais.
- (D) Latifúndio por exploração é o imóvel de área igual ou superior ao módulo fiscal que está inexplorado ou deficientemente explorado pelo mau uso da terra.

QUESTÃO 62

Com base na Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), analise os itens a seguir.

- I. Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, mediante pagamento em dinheiro parcelado em até 36 meses.
- II. O direito de preempção confere ao Poder Público Municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.
- III. O plano diretor poderá fixar áreas nas quais poder ser permitida alteração de uso do solo e áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.
- IV. Considera-se direito de superfície especial consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público Municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (B) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- (D) Apenas os itens I e III estão corretos.

QUESTÃO 63

Com base na Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), analise os itens a seguir.

- I. Lei municipal, baseada no plano diretor, poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social.
- II. O plano diretor é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.
- III. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros instrumentos, os órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal.
- IV. Considera-se consórcio imobiliário a forma de viabilização de planos de urbanização ou edificação por meio da qual o proprietário transfere ao Poder Público Municipal seu imóvel e, após a realização das obras, recebe, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- (B) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- (C) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 64

Com base na Lei Federal nº 6.766/1979 (Parcelamento do solo urbano), analise os itens a seguir.

- I. Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.
- II. Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
- III. Admite-se, nos parcelamentos populares, a cessão da posse em que estiverem provisoriamente imitidas a União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas entidades delegadas, o que poderá ocorrer por instrumento particular, ao qual se atribui, para todos os fins de direito, caráter de escritura pública.
- IV. Constitui crime contra a Administração Pública dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos, sem autorização do órgão público competente, ou em desacordo com as disposições desta Lei ou das normas pertinentes do Distrito Federal, Estados e Municípios.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (B) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- (D) Apenas os itens I e III estão corretos.

QUESTÃO 65

Com base na Lei Federal nº 12.651/2012 (Código Florestal), analise os itens a seguir.

- I. Em áreas urbanas, assim entendidas as áreas compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, as faixas marginais de qualquer curso d'água natural que delimitem as áreas da faixa de passagem de inundação terão sua largura determinada pelos respectivos Planos Diretores e Leis de Uso do Solo, ouvidos os Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente.
- II. O Poder Público Municipal contará, para o estabelecimento de áreas verdes urbanas, com a transformação das Reservas Legais em áreas verdes nas expansões urbanas.
- III. A inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural - CAR deverá ser feita, preferencialmente, no órgão ambiental municipal ou estadual.
- IV. A inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural - CAR deverá ser feita, no órgão ambiental municipal ou estadual e obrigatoriamente no órgão ambiental federal.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (B) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- (D) Apenas os itens II e III estão corretos.

QUESTÃO 66

Nos termos da Lei Complementar Federal nº 140/2011, que fixa as competências administrativas relacionadas ao meio ambiente, analise os itens a seguir.

- I. É ação administrativa do Município, definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos.
- II. É ação administrativa do Município, promover e orientar a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a proteção do meio ambiente.
- III. É ação administrativa do Município, controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, na forma da lei.
- IV. É ação administrativa do Município, exercer o controle e fiscalizar as atividades e empreendimentos cuja atribuição para licenciar ou autorizar, ambientalmente, for cometida ao Município.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- (B) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- (C) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 67

Com base na Lei nº 9.605/1998 (Crimes Ambientais), assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Não constitui crime a prática de grafite realizada em bem público, com autorização da autoridade estadual competente, em área destinada para esse fim pelo respectivo plano diretor.
- (B) Nas infrações administrativas, o pagamento de multa imposta pelos municípios não substitui a multa federal ainda que se trate da mesma hipótese de incidência.
- (C) Entende-se por unidades de conservação de proteção integral as estações ecológicas, as reservas biológicas, os parques nacionais, os monumentos naturais e os refúgios de vida silvestre.
- (D) Entende-se por unidades de conservação as reservas biológicas, reservas ecológicas, estações ecológicas, parques nacionais, estaduais e municipais, florestas nacionais, estaduais e municipais, áreas de proteção ambiental, áreas de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas ou outras a serem criadas pelo poder público.

QUESTÃO 68

O Código de Processo Civil estabelece que:

- (A) a União será representada em juízo, ativa e passivamente, pelo presidente ou por seu procurador.
- (B) o Estado será representado em juízo, ativa e passivamente, por seu governador ou procurador.
- (C) o Território será representado em juízo, ativa e passivamente, por seu governador ou procurador.
- (D) o Município será representado em juízo, ativa e passivamente, por seu prefeito ou procurador.

QUESTÃO 69

Nos termos do Código de Processo Civil é **CORRETO** afirmar que:

- (A) quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, poderá, até ser proferida a sentença, oferecer denunciação da lide contra ambos.
- (B) aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá chamar ao processo o proprietário ou o possuidor.
- (C) a denunciação da lide é obrigatória, àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.
- (D) é admissível a nomeação à autoria do devedor, na ação em que o fiador for réu.

QUESTÃO 70

Nos termos do Código de Processo Civil, é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) é possível às partes, desde que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios. O juiz poderá prorrogar quaisquer prazos, mas nunca por mais de 30 (trinta) dias.
- (B) computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.
- (C) o representante da Fazenda Pública deve restituir os autos no prazo legal. Não o fazendo, mandará o juiz, de ofício, riscar o que neles houver escrito e desentranhar as alegações e documentos que apresentar.
- (D) é lícito a qualquer interessado cobrar os autos do representante da Fazenda Pública que exceder o prazo legal. Se, intimado, não os devolver dentro em 24 (vinte e quatro) horas, perderá o direito à vista fora de cartório e incorrerá em multa, correspondente à metade do salário mínimo vigente na sede do juízo.

QUESTÃO 71

Nos termos do Código de Processo Civil é **CORRETO** afirmar que:

- (A) quando for ré pessoa de direito público, a citação será feita pelo correio, para qualquer comarca do País.
- (B) no Distrito Federal e nas Capitais dos Estados e dos Territórios, em nenhuma hipótese serão consideradas as intimações feitas apenas pela publicação dos atos no órgão oficial.
- (C) está sujeita ao duplo grau de jurisdição, embora produza efeito de imediato, a sentença proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público.
- (D) na execução fiscal, a Fazenda Pública poderá escolher o foro de qualquer dos domicílios do réu; a ação poderá ainda ser proposta no foro do lugar em que se praticou o ato ou ocorreu o fato que deu origem à dívida, embora nele não mais resida o réu.

QUESTÃO 72

Nos termos do Código de Processo Civil é **CORRETO** afirmar que:

- (A) na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, citar-se-á a devedora para pagar em 10 (dez) dias e opor embargos.
- (B) são dispensados de preparo os recursos interpostos pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios e respectivas autarquias, e pelos que gozam de isenção legal.
- (C) na ação rescisória, a petição inicial será elaborada com observância dos requisitos essenciais do art. 282, devendo o Município depositar a importância de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, a título de multa, caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível, ou improcedente.
- (D) serão julgados em recurso ordinário, pelo Supremo Tribunal Federal, as causas em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

QUESTÃO 73

NÃO admite alíquotas progressivas o imposto:

- (A) territorial rural.
- (B) predial e territorial urbano.
- (C) sobre a transmissão onerosa de bens imóveis.
- (D) sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

QUESTÃO 74

Sobre a medida cautelar fiscal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A medida cautelar fiscal poderá ser requerida antes mesmo da constituição do crédito, quando o devedor notificado pela Fazenda Pública para que proceda ao recolhimento do crédito fiscal, põe ou tenta por seus bens em nome de terceiros.
- (B) É cabível a medida cautelar fiscal quando o devedor possui débitos, inscritos ou não em dívida ativa, que somados ultrapassem trinta por cento do seu patrimônio conhecido.
- (C) Admite-se a medida cautelar fiscal quando o devedor é notificado para proceder ao recolhimento do crédito fiscal e deixa de pagá-lo no prazo legal, salvo se suspensa a sua exigibilidade.
- (D) A medida cautelar fiscal não poderá ser requerida antes de constituído o crédito tributário, mesmo quando o devedor aliena bens ou direitos sem proceder à devida comunicação ao órgão da Fazenda Pública competente, quando exigível em virtude de lei.

QUESTÃO 75

De acordo com o estabelecido na Constituição Federal acerca da competência tributária é **INCORRETO** afirmar.

- (A) Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais.
- (B) A União poderá instituir na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.
- (C) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos incidentes sobre o transporte municipal.
- (D) Compete aos Estados instituir impostos sobre a transmissão não onerosa de bens imóveis.

QUESTÃO 76

Nos termos do Código Tributário Nacional, **NÃO** suspende a exigibilidade do crédito tributário.

- (A) A liminar em mandado de segurança contra ato declarativo de dívida.
- (B) A dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.
- (C) O depósito do seu montante integral, através de medida cautelar preparatória.
- (D) A impugnação oferecida pelo sujeito passivo em processo administrativo tributário.

QUESTÃO 77

Considerando as normas do Código Tributário Nacional, a lei **NÃO** será aplicada a ato ou fato pretérito quando:

- (A) tratar-se de ato não definitivamente julgado, que lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
- (B) definir novas alíquotas de imposto.
- (C) for expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
- (D) tratar-se de ato não definitivamente julgado, que deixe de defini-lo como infração.

QUESTÃO 78

Sobre as garantias e privilégios do crédito tributário, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Pelos débitos tributários respondem todos os bens do devedor, exceto o bem de família, ainda que a dívida seja decorrente de impostos predial ou territorial incidente sobre o imóvel.
- (B) Caso não sejam reservados bens ou rendas suficientes, presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.
- (C) A extinção das obrigações do falido requer prova de quitação de todos os tributos.
- (D) Na falência, o crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado.

QUESTÃO 79

Dos impostos elencados, assinale aquele que deve obediência ao princípio da anterioridade nonagesimal (ou da noventa):

- (A) Imposto de Importação – II.
- (B) Imposto de Exportação – IE.
- (C) Imposto sobre Operações Financeiras – IOF.
- (D) Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.

QUESTÃO 80

Por previsão Constitucional, o imposto sobre a propriedade territorial rural-ITR será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal. A possibilidade de cobrança nesses moldes, trata-se de.

- (A) Delegação da capacidade tributária ativa da União ao Município.
- (B) Renúncia ao poder de tributar da União em favor do Município.
- (C) Delegação da competência tributária da União ao Município.
- (D) Renúncia da competência tributária da União em favor do Município.

QUESTÃO 81

São modalidades extintivas do crédito tributário, **EXCETO**.

- (A) A prescrição e a decadência.
- (B) A remissão e a compensação.
- (C) A isenção e a anistia.
- (D) A transação e a conversão do depósito em renda.

QUESTÃO 82

Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo para com a mesma pessoa jurídica de direito público, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos ou provenientes de penalidade pecuniária ou juros de mora, a autoridade administrativa competente para receber o pagamento determinará a respectiva imputação. Neste sentido, segundo preceitua o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa que contém ordem de imputação **INCORRETA**.

- (A) Em primeiro lugar, aos débitos por obrigação própria, e em segundo lugar aos decorrentes de responsabilidade tributária.
- (B) Primeiramente, os impostos, depois as taxas e por fim as contribuições de melhoria.
- (C) Na ordem crescente dos prazos de prescrição.
- (D) Na ordem decrescente dos montantes.

QUESTÃO 83

A receita proveniente da arrecadação de tributo, pela Lei Federal nº 4.320/64 (Lei das Normas Gerais de Direito Financeiro) é classificada como.

- (A) Receita corrente
- (B) Receita de capital
- (C) Receita originária
- (D) Transferência corrente

QUESTÃO 84

Em relação ao processo administrativo tributário, assinale a alternativa que contém afirmação **INCORRETA**.

- (A) A impugnação oferecida pelo sujeito passivo quando notificado do lançamento, suspende a exigibilidade do crédito tributário, até o seu julgamento definitivo.
- (B) O processo administrativo tributário somente terá início através de nota de lançamento.
- (C) É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens, para admissibilidade de recurso administrativo.
- (D) Suspende a cobrança do tributo constante na nota de lançamento, o recurso voluntário apresentado pelo sujeito passivo no processo administrativo tributário.

QUESTÃO 85

Dos impostos elencados, assinale aquele cuja arrecadação a União **NÃO** partilha com Estados ou Municípios.

- (A) Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.
- (B) Imposto sobre a Exportação – IE.
- (C) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.
- (D) Imposto sobre Operações Financeiras – IOF, incidente sobre o ouro como ativo financeiro.

QUESTÃO 86

Nos termos da Constituição Federal, instituir imposto estadual em território federal, é de competência:

- (A) exclusiva do Estado do qual se desmembrou o território.
- (B) exclusiva da União.
- (C) exclusiva do Território.
- (D) exclusiva dos Municípios do Território.

QUESTÃO 87

Quanto ao entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, sobre a equiparação salarial, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Somente é válido o quadro de pessoal organizado em carreira quando homologado pelo Ministério do Trabalho, excluindo-se, apenas, dessa exigência o quadro de carreira das entidades de direito público da administração direta, autárquica e fundacional aprovado por ato administrativo da autoridade competente.
- (B) Para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço na função e não no emprego.
- (C) É do empregador o ônus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial.
- (D) Não é possível a equiparação salarial de trabalho intelectual.

QUESTÃO 88

Sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), assinale a alternativa **CORRETA**, que representa o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho.

- (A) É trintenária a prescrição do direito de reclamar contra o não-recolhimento da contribuição para o FGTS, observado o prazo de 2 (dois) anos após o término do contrato de trabalho.
- (B) A contribuição para o FGTS não incide sobre a remuneração mensal devida ao empregado.
- (C) A equivalência entre os regimes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e da estabilidade prevista na CLT é econômica, sendo devidos valores a título de reposição de diferenças.
- (D) A estabilidade legal (decenal, prevista no art. 492 da CLT) é compatível com o FGTS.

QUESTÃO 89

Quanto à transferência do empregado, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Ao empregador é vedado transferir o empregado, sem a anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, não se considerando transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do seu domicílio.
- (B) Empregado transferido, por ato unilateral do empregador, para local mais distante de sua residência, tem direito a suplemento salarial correspondente ao acréscimo da despesa de transporte.
- (C) Não se presume abusiva a transferência do empregado que exerce cargo de confiança sem comprovação da necessidade do serviço.
- (D) É lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado.

QUESTÃO 90

Quanto à estabilidade do empregado, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O servidor público celetista da administração direta, autárquica ou fundacional não é beneficiário da estabilidade após três anos de efetivo exercício.
- (B) Ao empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, ainda que admitido mediante aprovação em concurso público, não é garantida a estabilidade após três anos de efetivo exercício.
- (C) O empregado submetido a contrato de trabalho por tempo determinado não goza da estabilidade provisória de emprego decorrente de acidente de trabalho prevista na Lei nº 8.213/91.
- (D) A empregada gestante não tem direito à estabilidade provisória na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado.

QUESTÃO 91

Analisar os itens a seguir.

- I. Não cabe aviso prévio nas rescisões antecipadas dos contratos de experiência.
- II. Salvo na hipótese de dispensa do empregado por justa causa, a extinção do contrato de trabalho sujeita o empregador ao pagamento da remuneração das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de 12 (doze) meses.
- III. O contrato de experiência pode ser prorrogado, respeitado o limite máximo de 90 (noventa) dias.
- IV. Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Todos os itens estão corretos.
- (B) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- (D) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.

QUESTÃO 92

Quanto às fontes do direito do trabalho, analise os itens a seguir.

- I. O direito comum será fonte solidária do direito do trabalho.
- II. Os usos e costumes não poderão ser utilizados como fonte do direito do trabalho na ausência de disposição legal ou contratual.
- III. A analogia pode ser entendida como a operação lógica em virtude da qual o intérprete estende o dispositivo da lei a casos por ela não previstos.
- IV. As convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho) ratificadas no Brasil podem ser classificadas como fontes formais do Direito do Trabalho.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (B) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- (D) Apenas os itens II e IV estão corretos.

QUESTÃO 93

Quanto à relação de emprego e suas características, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Não se equiparam a empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais que admitirem trabalhadores como empregados.
- (B) Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.
- (C) Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza eventual a empregador, sob a independência deste e mediante salário.
- (D) Os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão não se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio.

QUESTÃO 94

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais assegurados na Constituição Federal, **EXCETO**.

- (A) Gratificação natalina calculada exclusivamente no maior salário anual.
- (B) Remuneração do trabalho noturno, superior à do diurno.
- (C) Fundo de garantia do tempo de serviço.
- (D) Remuneração do serviço extraordinário, superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.

QUESTÃO 95

Quanto às disposições de proteção do trabalho do menor contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), analise os itens a seguir.

- I. Considera-se menor para os efeitos da CLT o trabalhador de 14 (quatorze) até 18 (dezoito) anos.
- II. Ao menor de 18 (dezoito) anos é vedado o trabalho noturno, considerado este o que for executado no período compreendido entre as 22 (vinte e duas) e as 5 (cinco) horas.
- III. Dos 14 (quatorze) aos 16 (dezesseis) anos somente é permitido o trabalho ao menor na condição de aprendiz.
- IV. Ao menor não será permitido o trabalho nos locais e serviços perigosos ou insalubres.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (B) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 96

Nos termos da Constituição Federal, são órgãos da Justiça do Trabalho, **EXCETO**.

- (A) O Tribunal Superior do Trabalho.
- (B) Os Tribunais Regionais do Trabalho.
- (C) Os Juízes do Trabalho.
- (D) As Juntas de Conciliação e Julgamento.

QUESTÃO 97

Nos termos da Constituição Federal, compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

- I. as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- II. as ações que envolvam exercício do direito de greve.
- III. os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
- IV. as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Todos os itens estão corretos.
- (B) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens III e IV estão corretos.

QUESTÃO 98

Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), quanto ao recurso de revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) É cabível o recurso de revista quando decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou a Súmula de Jurisprudência Uniforme dessa Corte.
- (B) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta da Constituição da República.
- (C) O recurso de revista, dotado de efeito devolutivo e suspensivo, será apresentado ao Presidente do Tribunal recorrido, que poderá recebê-lo ou denegá-lo, fundamentando, em qualquer caso, a decisão.
- (D) O Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, examinará previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

QUESTÃO 99

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), das decisões proferidas pela Justiça do Trabalho, são admissíveis os seguintes recursos, **EXCETO**.

- (A) Agravo de petição
- (B) Agravo retido
- (C) Embargos de declaração
- (D) Embargos

QUESTÃO 100

Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, **NÃO** está sujeita à execução.

- (A) Os acordos, quando não cumpridos.
- (B) As decisões sujeitas a recursos recebidos no duplo efeito.
- (C) Os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho.
- (D) Os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia.